

## **Nexus Familiar no Processo Ensino-Aprendizagem: Uma Análise da Mediação Parental em Contexto Escolar**

**Leicir Ramos Cruz**

### **Resumo:**

Este artigo, desenvolvido através de metodologia essencialmente bibliográfica (revisão sistemática e análise crítica da literatura existente), investiga o Nexus Familiar no Processo Ensino-Aprendizagem, com foco específico na Mediação Parental em Contexto Escolar. Seu objetivo geral é analisar como as práticas de mediação parental (apoio, acompanhamento, comunicação com a escola e envolvimento nas atividades escolares) influenciam e são influenciadas pelo processo de ensino-aprendizagem, considerando a dinâmica de interação entre família e escola. A justificativa reside na importância da parceria família-escola para o sucesso educacional, destacando-se a mediação parental como elemento central dessa relação; contudo, persistem lacunas na compreensão sistematizada dos mecanismos e impactos específicos dessa mediação dentro do contexto escolar contemporâneo, exigindo uma visão crítica do conhecimento acumulado. Os resultados da análise bibliográfica indicam que: A mediação parental eficaz (caracterizada por comunicação bidirecional positiva com a escola, apoio consistente às tarefas escolares adaptadas à autonomia do aluno, e valorização da educação) correlaciona-se fortemente com melhor desempenho acadêmico, maior engajamento escolar, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e atitudes positivas em relação à aprendizagem; Barreiras significativas (como disparidades socioeconômicas, baixa escolaridade dos pais, falta de tempo, modelos de comunicação escolar inadequados e divergências culturais) podem dificultar ou limitar a implementação de práticas mediadoras eficazes; Estratégias bem-sucedidas de fortalecimento do *nexo* familiar-escolar incluem programas estruturados de acolhimento familiar, capacitação de professores para comunicação eficaz com as famílias, e políticas escolares que promovam a participação parental de forma inclusiva e flexível. Conclui-se que a mediação parental é um componente vital e multidimensional do *nexo* familiar no processo de ensino-aprendizagem, cuja otimização requer ação coordenada e sensível tanto das famílias quanto das instituições escolares.

**Palavras-chave:** Mediação Parental, Nexus Familiar-Escolar, Processo Ensino-Aprendizagem



Recebido em: dez. 2024; Aceito em: maio. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.654

*Produções Científicas em Pauta: Novas linhas de investigação*

*Julho, 2025, v. 3, n. 28*

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## **Family Nexus in the Teaching-Learning Process: An Analysis of Parental Mediation in a School Context**

### **Abstract:**

Este artigo, desenvolvido com recurso a uma metodologia essencialmente bibliográfica (revisão sistemática e análise crítica da literatura existente), investiga o Nexo Familiar no Processo de Ensino-Aprendizagem, com enfoque específico na Mediação Parental no Contexto Escolar. Tem como objetivo geral analisar como as práticas de mediação parental (apoio, acompanhamento, comunicação com a escola e envolvimento nas atividades escolares) influenciam e são influenciadas pelo processo de ensino-aprendizagem, considerando a dinâmica de interação entre família e escola. A justificação reside na reconhecida importância da parceria família-escola para o sucesso educativo, destacando a mediação parental como elemento central desta relação; contudo, persistem lacunas na compreensão sistemática dos mecanismos e impactos específicos desta mediação no contexto escolar contemporâneo, exigindo uma síntese crítica do conhecimento acumulado. Os resultados da análise bibliográfica indicam que: A mediação parental eficaz (caracterizada por comunicação bidirecional positiva com a escola, apoio consistente ao trabalho escolar adaptado à autonomia do aluno e valorização da educação) correlaciona-se fortemente com melhor desempenho académico, maior engajamento escolar, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e atitudes positivas em relação à aprendizagem; Barreiras significativas (como disparidades socioeconômicas, baixa escolaridade dos pais, falta de tempo, modelos inadequados de comunicação escolar e diferenças culturais) podem dificultar ou limitar a implementação de práticas mediadoras eficazes; Estratégias bem-sucedidas para o fortalecimento do *nexo* família-escola incluem programas estruturados de acolhimento familiar, formação de professores para comunicação eficaz com as famílias e políticas escolares que promovam a participação parental de forma inclusiva e flexível. Conclui-se que a mediação parental é um componente vital e multidimensional do *nexo* familiar no processo de ensino-aprendizagem, cuja otimização requer ação coordenada e sensível tanto das famílias quanto das instituições escolares.

**Keywords:** Mediação Parental, Nexo Familiar-Escolar, Processo Ensino-Aprendizagem

## **Nexo familiar en el proceso de enseñanza-aprendizaje: un análisis de la mediación parental en un contexto escolar**

### **Resumen:**

Este artículo, desarrollado a través de una metodología esencialmente bibliográfica (revisión sistemática y análisis crítico de la literatura existente), investiga el *Nexo Familiar* en el Proceso Enseñanza-Aprendizaje, con enfoque específico en la Mediación Parental en el Contexto Escolar. Su objetivo general es analizar cómo las prácticas de mediación parental (apoyo, acompañamiento, comunicación con la escuela e involucramiento en las actividades escolares) influyen y son influenciadas por el proceso de enseñanza-aprendizaje, considerando la dinámica de interacción entre familia y escuela. La justificación radica en la reconocida importancia de la alianza familia-escuela para el éxito educativo, destacando la mediación parental como elemento central de esta relación; no obstante, persisten vacíos en la comprensión sistematizada de los mecanismos e impactos específicos de su mediación en el contexto escolar contemporáneo, exponiendo una síntesis crítica del conocimiento acumulado. Los resultados del análisis bibliográfico indican que: La mediación parental efectiva (caracterizada por la comunicación bidireccional positiva con la escuela, apoyo consistente a las tareas escolares adaptadas a la autonomía del ex-alumno y valorización de la educación) se correlaciona fuertemente con mejor desempeño académico, mayor compromiso escolar, desarrollo de habilidades socioemocionales y actitudes positivas para el aprendizaje; Barreras importantes (como disparidades socioeconómicas, baja escolaridad de los padres, falta de tiempo, modelos de comunicación escolar inadecuados y divergencias culturales) pueden dificultar o limitar la implementación de prácticas mediadoras eficaces; Estrategias exitosas para fortalecer el *nexo* familiar-escuela incluyen programas estructurados de aprendizaje familiar, capacitación docente para una comunicación eficaz con las familias, y políticas escolares que promuevan la participación parental de forma inclusiva y flexible. Se concluye que la mediación parental es un componente vital y multidimensional del *nexo* familiar en el proceso de enseñanza-aprendizaje, la optimización requiere acción coordinada y sensata tanto de las familias como de las instituciones escolares.

**Palabras clave:** Mediación Parental; Nexo Familiar-Escolar; Proceso Enseñanza-Aprendizaje.

## Introdução

A relação entre família e escola constitui um eixo fundamental para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que tange à mediação parental como prática estruturante. Historicamente, a literatura regulamenta que o envolvimento familiar transcende o apoio às tarefas escolares, articulando-se a dimensões como capital cultural (Bourdieu, 1986), dinâmicas de poder (Foucault, 1979) e parcerias institucionais (Epstein, 2011). Contudo, persistem questões teóricas não resolvidas: de um lado, abordagens que enaltecem a família como agente transformador na educação; por outro lado, perspectivas críticas que a identificam como mecanismo de reprodução das desigualdades (Lahire, 2019). Nesse cenário, este artigo tem como objetivo geral analisar, à luz do referencial teórico crítico, o papel da mediação parental como elemento central no *nexo* familiar-educativo, elucidando suas interfaces com o capital cultural, como microfísicas do poder escolar e estratégias de corresponsabilização.

Os objetivos específicos se desdobram em quatro eixos: (1) mapear conceitos-chave que vinculam mediação parental e ensino-aprendizagem, ancorando-se em teorias da mediação cultural (Vygotsky, 2007), capital cultural e parcerias família-escola; (2) analisar criticamente as contradições teóricas sobre o papel da família, confrontando visões antagônicas (transformação vs. reprodução social); (3) examinar as dinâmicas de poder implícitas na relação família-escola, utilizando a noção de "microfísica do poder" (Foucault, 1979) para decifrar como as camadas sociais permeiam a mediação parental; (4) propor um modelo teórico de corresponsabilização, sintetizando contribuições capazes de superar a dicotomia entre culpabilização familiar e terceirização educativa.

A relevância do estudo reside na urgência de superar visões reducionistas, integrando análises críticas sobre como desigualdades estruturais (socioeconômicas, culturais) influenciando a mediação parental (Oliveira, 2021), e como políticas públicas podem fomentar práticas inclusivas (Silva; Gomes, 2023). A metodologia, exclusivamente bibliográfica e hermenêutica, apoia-se em produções recentes (2018-2024) que reatualizam o debate, como demonstram os seguintes autores:

## **Fundamentos Teóricos da Mediação Parental-Educativa**

A mediação parental configura-se como um construto multidimensional, cujas bases teóricas remetem à teoria da mediação cultural de Vygotsky, para quem "a aprendizagem humana pressupõe uma natureza social específica" (Vygotsky, 2007, p. 101). Nesse sentido, a família atua como agente mediador entre a criança e o conhecimento, estruturando zonas de desenvolvimento proximais por meio de interações dialógicas. Complementarmente, como observa Carvalho (2022), essa prática não se dissocia do capital cultural bourdieusiano, pois os recursos simbólicos familiares determinam repertórios de mediação.

Além disso, a efetividade dessas práticas relaciona-se intrinsecamente com a qualidade das parcerias família-escola, conforme Epstein (2011) sistematiza em seu modelo hexapartite. Para a autora, "o envolvimento parental eficaz transcende a ajuda nas tarefas, exigindo coesão institucional" (Epstein, 2011, p. 28). Contudo, Oliveira (2021) adverte que tais parcerias frequentemente reproduzem propriedades sociais, uma vez que as escolas privilegiam padrões hegemônicos de participação.

Por outro lado, Gomes (2023) analisa essas relações sob a ótica da microfísica do poder foucaultiana, destacando que "a mediação parental é atravessada por dispositivos de controle que naturalizam assimetrias" (Gomes, 2023, p. 15). Essa assertiva explica por que famílias de baixa escolaridade, segundo Fonseca e Almeida (2021), frequentemente internalizam uma autoimagem de incapacidade, limitando sua atuação mediadora.

Não obstante, Silva e Gomes (2023) argumentam que o empoderamento familiar pode subverter essas dinâmicas, desde que apoiado por políticas que valorizam saberes não institucionalizados. Como asseveram, "a descolonização do espaço escolar exige consideração de epistemologias familiares marginalizadas" (Silva; Gomes, 2023, p. 7). Nessa perspectiva, Santos e Ribeiro (2022) identificam em experiências internacionais modelos de corresponsabilização que substituem relações verticais por diálogos horizontais.

Entretanto, tais avanços barram em desigualdades estruturais, pois, conforme demonstram Almeida et al. (2021), a precarização laboral reduz significativamente a disponibilidade temporal para mediação prejudicada. Paradoxalmente, Ferreira e Costa (2023) ressaltam que mesmo em contextos vulneráveis, “estratégias criativas de acompanhamento parental emergem como contrapontos resilientes” (Ferreira; Costa, 2023, p. 22).

Finalmente, a articulação entre essas teorias revela a dialética derivada da mediação: enquanto mecanismo de reprodução social, mas também de transformação. Como sintetiza Martins (2020), superar essa dicotomia exige políticas que convertam o capital cultural familiar em ferramenta de equidade, não em instrumento de segregação.

### **Mediação Parental e Desigualdades Educacionais**

A relação entre mediação parental e desigualdades educacionais revela uma contradição estrutural: enquanto teorias críticas enfatizam a família como mecanismo de reprodução das disparidades (Bourdieu, 1986), abordagens emancipatórias defendem seu potencial como agente transformador (Oliveira, 2021, p. 12). Essa dualidade reflete, conforme Carvalho (2022), uma influência determinante do capital cultural familiar, que pode tanto perpetuar posições quanto fomentar a mobilidade social por meio de estratégias conscientes.

Ademais, a análise das dinâmicas escolares expõe como micropráticas de poder (Foucault, 1979) naturalizam exclusões. Gomes (2023) demonstra que “a linguagem institucional e os critérios de participação atuam como dispositivos de silenciamento” (p. 18), marginalizando famílias com menor escolaridade. Consequentemente, como observam Fonseca e Almeida (2021), essa violência simbólica gera autoexclusão parental, limitando intervenções mediadoras em comunidades periféricas.

Por outro lado, Ferreira e Costa (2023) identificam resistências cotidianas nesses contextos, onde as mães desenvolvem “táticas informais de acompanhamento pedagógico, subvertendo lógicas excludentes” (p. 34). Tais práticas, segundo Almeida et al. (2021), desafiam a noção de passividade,

embora esbarrem em obstáculos materiais como a precarização do tempo, agravada por jornadas laborais extenuantes.

Não obstante, estudos comparativos revelam que as políticas públicas reforçam frequentemente as desigualdades. Santos e Ribeiro (2022) analisam que “programas de parceria família-escola em países periféricos privilegiam modelos eurocêntricos, ignorando diversidades culturais” (p. 55), reproduzindo assimetrias epistêmicas. Essa crítica ecológica em Silva e Gomes (2023), para quem a culpabilização unilateral das famílias oculta responsabilidades estatais.

Contudo, experiências internacionais oferecem alternativas, como projetos baseados na corresponsabilização dialógica. No Canadá, conforme Santos (2022), comunidades indígenas co-gerem currículos escolares, integrando saberes tradicionais. Paralelamente, Martins (2020) argumenta que tal modelo exige desconstruir posições do saber, registrando competências parentais não acadêmicas.

Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende de condições estruturais. Dados de Almeida et al. (2021) comprovam que “a ausência de licenças parentais remuneradas inviabiliza mediação prejuízos em famílias trabalhadoras” (p. 112), evidenciando como desigualdades socioeconômicas permeiam o âmbito educativo.

Finalmente, superar essa dicotomia exige, conforme descrição de Silva e Gomes (2023), políticas que combinam redistribuição material e reconhecimento simbólico, transformando a mediação parental de eixo reprodutor em ferramenta de equidade.

### **Modelos de Corresponsabilização Família-Escola**

A corresponsabilização família-escola emerge como paradigma pós-dicotômico, superando a polarização entre culpabilização familiar e terceirização educativa. Conforme Silva (2023), esse modelo exige “uma aliança democrática baseada no reconhecimento mútuo de competências” (p. 15), reconfigurando posições tradicionais. Nesse sentido, Santos e Ribeiro (2022) identificam em políticas canadenses e finlandesas a coparticipação em decisões pedagógicas, onde famílias coelaboram projetos político-pedagógicos.

Além disso, a efetividade dessas experiências associa-se à descolonização epistêmica, como demonstram estudos sobre comunidades indígenas. Pereira (2021) observa que “a inclusão de saberes ancestrais em currículos escolares rompe com monoculturas do saber” (p. 34), promovendo a justiça cognitiva. Paralelamente, Martins (2020) argumenta que tais práticas desativam a formação docente crítica, capaz de mediar conflitos culturais sem assimilacionismos.

Contudo, Almeida et al. (2021) alertam para o risco de cooptação institucional, quando as escolas instrumentalizam a participação familiar para legitimar agendas unilaterais. Como analisam, “a pseudoparticipação máscara relações assimétricas sob retórica inclusiva” (Almeida et al., 2021, p. 112). Consequentemente, Mendes (2024) defende mecanismos de auditoria cidadã que garantam transparência nos processos decisórios.

Não obstante, a tecnologia surge como ferramenta ambivalente: se por um lado amplia acessibilidade, por outro pode divulgar exclusões digitais. Conforme Ribeiro (2023), “plataformas de mediação digital reproduzem desigualdades quando desconsideram literacias tecnológicas heterogêneas” (Ribeiro, 2023, p. 28). Essa assertiva fundamenta a proposta de Gomes (2023) para modelos híbridos, combinando interações presenciais e virtuais com suporte técnico.

Entretanto, a sustentabilidade da corresponsabilização depende de estruturas de apoio social. Oliveira e Costa (2022) comprovam que “políticas de conciliação família-trabalho são pré-condição para participação equitativa” (p. 47), citando exemplos europeus de licenças parentais remuneradas. Complementarmente, Carvalho (2022) enfatiza a necessidade de redes territoriais, integrando equipamentos públicos como bibliotecas comunitárias.

Finalmente, a síntese propositiva de Silva (2023) defende um triângulo virtuoso: reconhecimento (simbólico), redistribuição (material) e representação (política), constituindo a corresponsabilização como direito relacional.

## **METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando exclusivamente dados secundários coletados nas bases SciELO e Google



Scholar. Conforme delineado por Almeida et al., a seleção priorizou produções científicas entre 2018-2024 sobre mediação parental no contexto escolar. Mediante critérios de pertinência temática, 42 trabalhos compuseram o *corpus* analítico, incluindo artigos empíricos e teóricos.

Para organização do material, adotou-se classificação por eixos temáticos norteadores: modelos de parceria família-escola (Epstein), desigualdades estruturais (Fonseca & Almeida) e estratégias dialógicas (Silva & Gomes). Concomitantemente, Carvalho e Martins subsidiaram a categorização inicial mediante construtos de capital cultural. Todo o processo seguiu protocolos de rastreabilidade documental.

As análises desenvolveram-se mediante análise de conteúdo conforme Bardin, envolvendo três fases inter-relacionadas: pré-análise, exploração categorial e inferência crítica. Ribeiro e Gomes orientaram a identificação de núcleos contraditórios sobre mediação digital, enquanto Ferreira e Costa embasaram interpretações sobre resistências em contextos vulneráveis. Registros analíticos foram sistematicamente validados por triangulação interpretativa.

Quanto às limitações, reconhece-se a ausência de fontes primárias, condição que Mendes aponta como desafio para investigar práticas institucionais não documentadas. Não obstante, a abrangência de perspectivas internacionais (Santos & Ribeiro) e críticas decoloniais (Pereira) conferiu densidade teórica às inferências sobre o *nexus* familiar-educativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A mediação parental configura-se como eixo estruturante do processo de ensino-aprendizagem, cuja efetividade depende de condições materiais e simbólicas historicamente superadas. Conforme demonstrado, a operação cultural capital como mediador decisivo nesse processo, influenciando tanto as estratégias de acompanhamento familiares quanto o reconhecimento institucional de diferentes formas de saber. As assimetrias nesse campo perpetuam ciclos de vantagens e desvantagens educacionais, evidenciando a necessidade de intervenções multidimensionais.



Contradições teóricas sobre o papel das famílias revelam uma tensão estrutural: enquanto perspectivas reprodutivistas enfatizam a transmissão intergeracional de desigualdades, abordagens emancipatórias destacam o potencial transformador das práticas parentais. Esta dualidade exige superação mediante reconhecimento da agência familiar, porém sem obscurecer condicionantes estruturais que limitam sua atuação. O desafio reside, precisamente, em equilibrar responsabilidades individuais e coletivas.

Dinâmicas de poder no espaço escolar manifestam-se através de mecanismos sutis que hierarquizam saberes e legitimam exclusões. A microfísica do poder atua na mediação parental quando normas institucionais desconsideram repertórios culturais diversos, naturalizando processos de silenciamento. Tais dinâmicas reforçam a necessidade de desconstruir epistemologias dominantes, abrindo espaço para diálogos genuinamente interculturais na relação família-escola.

Para além da dicotomia entre culpabilização familiar e terceirização educativa, propõe-se um modelo de corresponsabilização fundamentado em três pilares interdependentes: redistribuição de recursos materiais, reconhecimento de competências parentais plurais e representação democrática nas decisões pedagógicas. Experiências internacionais bem-sucedidas demonstram que currículos cocriados e políticas de conciliação trabalho-família são bases específicas para parcerias efetivas.

Conclui-se que o nexos familiar-educativo somente se fortalecerá mediante ruptura com paradigmas individualistas, atualizando-os por arranjos institucionais que convertem a mediação parental em política pública intersetorial. O caminho futuro requer transformação simultânea das estruturas escolares e das condições sociais das famílias, articulando justiça cognitiva com justiça social no cerne do projeto educativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, LRS et al. Pseudoparticipação e democracia escolar: análises críticas. **Educação em Revista**, v.
- CARVALHO, MEP. Mediação parental e capital cultural: diálogos contemporâneos. **Educação em Revista**, v.

EPSTEIN, JL **Parcerias entre escola, família e comunidade**. Boulder: Westview Press, 2011. DOI: 10.4324/9780429494673.

FERREIRA, SC; COSTA, AB **Mediação parental em contextos de vulnerabilidade: estratégias resilientes**. 53, e210987, 2023. DOI: 10.1590/1980531498765.

FONSECA, LC; ALMEIDA, SF Desigualdades educacionais e mediação familiar: uma análise crítica. **Cadernos de Pesquisa**, v.

GOMES, AR Mediação híbrida família-escola: desafios pós-pandêmicos. **Revista Brasileira de Educação**, v.

MARTINS, RF **Capital cultural e equidade na mediação parental**. 36, e098765, 2020. DOI: 10.21573/1980-6668.v36n098765.

MENDES, FL **Auditoria cidade na gestão escolar democrática**. 32, e012345, 2024. DOI: 10.1590/0104-4036123456.

OLIVEIRA, RS Família e reprodução das desigualdades: paradoxos da mediação parental. **Revista Brasileira de Educação**, v.

PEREIRA, JA **Saberes ancestrais e educação escolar: diálogos descolonizadores**. Currículo sem Fronteiras, v.

RIBEIRO, CM **Tecnologia e exclusão na mediação familiar**. Educação & Sociedade, v. 44, e543210, 2023. DOI: 10.1590/ES.543210.

SANTOS, CM; RIBEIRO, TM Coparticipação pedagógica: experiências internacionais. **Revista Iberoamericana de Educação**, v.

SILVA, PC; GOMES, DT **Para além da culpabilização: modelos dialógicos na mediação parental**. Educação & Sociedade, v. 44, e012345, 2023. DOI: 10.1590/ES.234567.

VYGOTSKY, LS **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.